

NEC Latin
America S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Aspectos econômicos e financeiros

A Companhia apresentou fortes perdas no ano, com prejuízo no período de R\$ 47 milhões. O resultado foi fortemente impactado pelo mal desempenho de sua Controlada, a NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A., que teve grande prejuízo no ano gerando um resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 28 milhões para a Companhia. Além disso, o resultado foi prejudicado também pela queda de 17% nas vendas, muito em parte como consequência da pandemia da Covid 19, levando a Companhia a apresentar um prejuízo de R\$ 13 milhões antes do efeito da equivalência patrimonial e das despesas financeiras.

Após as fortes perdas apresentadas por sua controlada, a Companhia decidiu pela sua total incorporação, fato que consumou-se ao fim de 2020. Os números apresentados já refletem totalmente os efeitos da incorporação em 2020, tanto no resultado quanto no balanço patrimonial, e por esta razão, apenas o ano de 2019 apresenta os valores de Consolidado e Controladora.

A despesa financeira líquida atingiu R\$ 5 milhões, frente a uma receita de R\$ 15 milhões em 2019. O resultado de 2019, entretanto, foi impactado pelas parcelas de receitas financeiras advindas de reversões de contingências fiscais e do reconhecimento de créditos de Pis e Cofins. Desconsiderando esses impactos, o resultado em 2019 foi uma despesa de R\$ 10 milhões, significando uma redução de 50% nas despesas financeiras em 2020. O balanço da Companhia ao fim de 2020 incorpora R\$ 51 milhões de dívidas bancárias de sua controlada incorporada.

Agradecimentos

A Direção da Companhia agradece aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança e cooperação no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Agradecemos aos funcionários, que são nosso principal capital, por seu comprometimento e dedicação ao longo dos últimos anos, e principalmente por seus esforços em 2020, que foi um ano no qual enfrentamos e superamos juntos grandes desafios.

Além disso, somos especialmente gratos a nossa controladora NEC Corporation pelo apoio, segurança e credibilidade dispensados, que foram fundamentais para que alcançássemos bons resultados mesmo diante de um momento econômico desafiador.

São Paulo, 30 de abril de 2021.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

NEC Latin America S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NEC Latin America S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

NEC Latin America S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora				
		2020	2019	2019	2020	2019	2019		
Caixas e equivalentes de caixa	7	62.944	55.603	54.632					
Outros investimentos		5	5	5					
Contas a receber	8	83.482	119.449	118.806					
Arrendamento mercantil a receber	9a	-	160	160					
Estoques	10	15.648	23.714	23.714					
Imposto de renda e contribuição social	11a	21.266	16.125	5.507					
Impostos e contribuições a recuperar	11b	9.479	12.039	9.298					
Ativos de Contratos	12	34.294	43.338	37.498					
Outros créditos		8.018	13.043	12.759					
Total do ativo circulante		235.136	283.476	262.379					
Contas a receber de clientes	8	10.638	14.677	14.677					
Impostos e contribuições a recuperar	11b	11.248	11.248	11.248					
Ativos de Contratos	12	1.697	3.859	-					
Outros créditos		889	867	24					
Depósitos Judiciais	13	35.257	35.229	35.162					
Total do realizável a longo prazo		59.729	65.880	61.111					
Imobilizado	17	23.786	15.158	13.668					
Outros investimentos	15	4.902	4.902	4.902					
Intangível	18	1.060	1.557	375					
Total do ativo não circulante		89.477	87.497	80.056					
Total do ativo		324.613	370.973	342.435					
					Passivo				
						Nota	2020	2019	2019
					Empréstimo e Financiamentos	19	199.836	200.539	158.074
					Fornecedores	20	58.510	73.610	73.044
					Arrendamento mercantil a pagar	9b	2.271	4.605	4.595
					Imposto renda e contribuição social	11c	786	1.644	73
					Impostos e contribuições sociais	11d	8.132	10.729	10.208
					Salários e férias a pagar		12.152	15.175	11.834
					Adiantamento e créditos de clientes	21	21.535	512	384
					Outras provisões	22c	6.061	1.380	1.380
					Outras contas a pagar		3.090	2.282	2.212
					Provisão para passivo a descoberto em controlada	16	-	-	20.755
					Total do passivo circulante		312.373	310.476	282.559
					Empréstimo e Financiamentos	19	-	14.765	14.765
					Arrendamento mercantil a pagar	9b	6.097	1.255	1.255
					Imposto renda e contribuição social	11c	-	438	-
					Impostos e contribuições sociais	11d	-	164	-
					Provisão para contingências	22a	12.797	10.861	10.842
					Outras provisões	22c	13.229	5.219	5.219
					Total do passivo não circulante		32.123	32.702	32.081
					Patrimônio líquido				
					Capital social	23a	328.282	328.282	328.282
					Prejuízos acumulados		(329.265)	(281.587)	(281.587)
					Ações em tesouraria	23b	(9.259)	(9.259)	(9.259)
					Reserva de Capital	23c	(9.641)	(9.641)	(9.641)
					Total do patrimônio líquido		(19.883)	27.795	27.795
					Total do passivo e patrimônio líquido		324.613	370.973	342.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	2020	2019
Receita operacional	24	269.669	323.046
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	<u>(206.416)</u>	<u>(272.124)</u>
Lucro bruto		<u>63.253</u>	<u>82.042</u>
Despesas de vendas	26	(1.375)	(1.020)
Despesas administrativas e gerais	28	(68.198)	(93.724)
Redução a valor recuperável do contas a receber		(524)	(3.166)
Outras receitas	29a	4.819	22.313
Outras despesas	29b	<u>(11.038)</u>	<u>(64.406)</u>
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(13.063)</u>	<u>(58.194)</u>
Receitas financeiras	30	59.662	43.455
Despesas financeiras	30	<u>(64.928)</u>	<u>(30.672)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(5.266)</u>	<u>12.783</u>
Resultado da equivalência patrimonial	16	(29.349)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(47.678)	(45.438)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	-	(902)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	<u>-</u>	<u>(27)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(47.678)</u>	<u>(46.340)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	2019	2019
Prejuízo do exercício		(46.340)	(46.340)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<u>(47.678)</u>	<u>(46.340)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(235.247)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>74.135</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(46.340)	-	(46.340)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(281.587)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>27.795</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(47.678)	-	(47.678)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(329.265)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>(19.883)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>
	Nota	2020	2019	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(47.678)	(46.340)	(46.340)
Ajustes por:				
Depreciação	17	9.643	7.651	6.977
Amortização	18	226	947	408
Provisão para perda de imobilizado e intangível	17/18	-	36.442	(978)
Baixa imobilizado e intangível	17/18	143	945	930
Perda com investimentos	16	-	-	34.574
Perda outros investimentos	15	-	16.776	16.776
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	19	(9.554)	6.399	6.399
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19	4.761	7.634	5.290
Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber	30	(1.368)	1.311	311
Provisão para perda nos estoques	10	344	3.504	360
Provisão para contingências	21a	6.542	(20.084)	(20.034)
Resultado de equivalência patrimonial	13	29.349	-	21.152
Amortização ágio mais valia	16	-	1.059	1.059
Juros sobre arrendamento mercantil a receber	9b	(5)	(258)	(258)
Juros sobre passivos de arrendamento	9b	247	584	584
Baixa de arrendamento mercantil	9b	-	(78)	(80)
Atualização monetária de impostos a recolher	11d	239	481	481
Imposto de renda e contribuição social diferida		-	27	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	902	902
Outras provisões	21c	76	(1.388)	(1.388)
		(7.035)	16.514	27.125
Variações nos ativos (aumento)/redução				
Contas a receber de clientes		42.217	69.567	69.432
Arrendamento mercantil a receber		165	3.070	3.070
Estoques		7.722	11.613	11.613
Impostos e contribuições a recuperar		(5.006)	(9.353)	(9.918)
Despesas antecipadas		8.666	9.764	6.199
Depósitos judiciais		2.310	(2.187)	(2.208)
Outros créditos		4.916	(8.388)	(8.287)
Variações nos passivos aumento/(redução)				
Fornecedores		(21.097)	(39.537)	(37.883)
Arrendamento mercantil a pagar		(24)	174	176
Impostos e contribuições a recolher		(2.270)	(5.642)	(5.095)
Imposto renda e contribuição social		475	(2.179)	(864)
Salários e férias a pagar		(808)	(529)	(569)
Outras contas a pagar		878	483	541
Adiantamentos e créditos de clientes		21.087	80	212
Caixa proveniente das atividades operacionais		52.196	43.450	53.544
Depósitos Judiciais	13	(1.276)	-	-
Contingências pagas	21a	(6.981)	(7.600)	(7.600)
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	9b	(247)	(378)	(378)
Juros pagos sobre empréstimos	19	(4.355)	(9.190)	(8.224)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		39.337	26.282	37.342
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	17	(12.317)	(2.232)	(1.946)
Aquisições de intangível	18	(12)	(897)	(214)
Caixa líquido de controlada incorporada		792	-	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos		(11.537)	(3.129)	(2.160)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de novos empréstimos	19	132.000	179.246	146.809
Amortização do passivos de arrendamento - principal	9b	(4.680)	(3.135)	(3.076)
Amortização de empréstimos - principal	19	(146.808)	(175.030)	(155.246)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		(19.488)	1.081	(11.513)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		8.312	24.234	23.669
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		54.632	31.369	30.963
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		62.944	55.603	54.632
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		8.312	24.234	23.669
Transações que não movimentaram caixa				
Registro inicial do arrendamento mercantil		7.222	7.943	7.943
Incorporação NEC Cibernética:				
Contas a receber		1.486	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		10.934	-	-
Despesas antecipadas		7.159	-	-
Outros créditos		1.040	-	-
Depósitos Judiciais		67	-	-
Imobilizado		362	-	-
Intangível		902	-	-
Empréstimo e Financiamentos		50.953	-	-
Fornecedores		6.563	-	-
Imposto renda e contribuição social		238	-	-
Impostos e contribuições sociais		95	-	-
Salários e férias a pagar		1.126	-	-
Adiantamento e créditos de clientes		64	-	-
Outras provisões		12.615	-	-
Provisão para contingências		1.192	-	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada		(50.104)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia incorporou a controlada **NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A.**, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como objetivo social suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informática.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e fluxo de caixa operacional negativo, bem como, prejuízos recorrentes, no entanto, a NEC Corporation, controladora da Companhia, se compromete em suportar financeiramente a Companhia, se necessário, durante o próximo exercício.

Impactos do COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado. Em meados de março de 2020, a Companhia instituiu o regime de tele-trabalho para todas as áreas operacionais e administrativas e enfrentou a postergação de vendas decorrente das dificuldades de implementação de serviços nos clientes, dadas as restrições de distanciamento social. Em relação ao orçamento de 2020, foi constatado uma queda de R\$35 milhões de vendas. Quanto aos recebimentos de clientes, observou-se atraso apenas no recebimento de clientes relacionados à cinema digital, devido a paralização das atividades do setor.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9.b** - prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber
- **Nota 10** - Provisão para perdas de estoques
- **Notas 17/18** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 17/18** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível

- **Nota 11.b** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota 22a** - Provisão para contingências
- **Nota 31** - Mensuração de instrumentos financeiros

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou, ainda, no qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2020	2019
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
 - Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
 - Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
 - O produto for técnica e comercialmente viável;
 - Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e

- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, esta contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Esta avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, esta classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Quando um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia, também, revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis à Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

h. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado, quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado para manter o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

k. Receita operacional

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

Para a revenda de equipamentos e materiais, o reconhecimento de receitas ocorre quando o ativo é transferido ao cliente e este obtém o controle do mesmo, mediante comprovante de entrega assinado pelo cliente. O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo.

O reconhecimento de serviços de software é realizado, igualmente à revenda de equipamentos e materiais, pois é um direito de uso de propriedade, tal como ela existe no momento em que a licença é concedida.

No caso de prestação de serviços, a receita é reconhecida ao longo do tempo quando a Companhia satisfaz à obrigação de performance, a qual é evidenciada por meio de documentos de aceite do cliente assinados e devidamente datados.

Quanto a determinação e alocação do preço de transação, de forma a estabelecer o valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, a Companhia já precifica suas obrigações de desempenho de forma distinta conforme lista de preços unitária discriminadas em contrato.

I. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou, em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 30).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo, se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e, minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11/ e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Divulgação

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

(iii) Transição

A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Aplicações financeiras	60.369	52.007	52.007
Caixa e bancos	<u>2.575</u>	<u>3.596</u>	<u>2.625</u>
	<u>62.944</u>	<u>55.603</u>	<u>54.632</u>

Esses investimentos financeiros referem-se, em sua totalidade, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 97,9% a 98% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2020 e 2019, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e, classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

8 Contas a receber

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Circulante:			
No País	87.532	126.118	123.313
No Exterior	144	80	80
Partes relacionadas exterior (Nota 14)	429	242	1.404
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.623)	(6.991)	(5.991)
Total circulante	<u>83.482</u>	<u>119.449</u>	<u>118.806</u>
Não circulante:			
No País	10.638	16.578	16.578
Ajuste a valor presente	-	(1.901)	(1.901)
Total não circulante	<u>10.638</u>	<u>14.677</u>	<u>14.677</u>

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que essa recorra a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Diante do processo de recuperação judicial em curso do cliente Grupo OI, a Companhia manteve em 2020 o valor a ser recebido a longo prazo para o grupo do ativo não circulante no montante de R\$ 10.390, uma vez que o Grupo OI tem cumprido com os pagamentos dentro do prazo.

9 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil como arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência destes, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	Consolidado		Controladora
		2020	2019	2019
60 (i)	10,05% a 14,60%	-	47	47
48 (i)	8,35% a 13,39%	-	113	113
		-	160	160
Circulante		-	160	160
Não circulante		-	-	-

- (i) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo IGP-M até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo inexistente em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores a receber decorrentes dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos conforme segue:

2020	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento			
Juros	-	-	-
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	-	-	-
	Controladora		
2019	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	-	-	165
Juros	(5)	-	(5)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	160	-	160

b. Passivos de arrendamento

A Companhia possui diversos contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item Arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de Desconto VPL	Início Vigência	2020	Consolidado		Controladora	
							2019	2019		
Notebooks	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	66	317	317		
Notebooks e Desktops	174	01-03 Convênio 0460	36	6,48%	ago/19	410	636	636		
Notebooks e Monitores	182	01-04 Convênio 0460	36	3,04%	dez/19	360	532	532		
Veículo Fiat Toro	1	62	13	7,18%	jan/19	-	15	15		
Veículo Jeep Compass	2	0033/17	13	7,18%	abr/19	-	24	24		
Veículo Jeep Compass	3	201905070005032	33	5,52%	out/19	143	213	213		
Veículo Toyota Corolla e Toyota SW4	2	201905070005032	34	5,52%	ago/19	186	280	280		
Veículo Toyota Camry	1	201905070005032	35	5,52%	set/19	118	175	175		
Veículo Jeep Compass	1	201905070005032	35	5,87%	jan/20	55	-	-		
Veículo Tinguan	1	18322	24	4,92%	set/20	54	-	-		
Prédio - Angélica		DMS3.1227/05-09	20	7,98%	jan/19	-	3.659	3.659		
Aluguel Prédio CGD		nº 3.3459-20-00	60	7,63%	ago/20	6.762	-	-		
Aluguel Prédio Rio de Janeiro		19/20	24	4,55%	jul/20	214	-	-		
Equipamento CISU N48	1	16601-01	24	1,36%	Fev/18	-	10	-		
						8.368	5.860	5.850		
					Circulante	2.271	4.605	4.595		
					Não circulante	6.097	1.255	1.255		

Contrato pós-fixado dos notebooks sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretroatável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil líquido dos bens adquiridos por meio dos contratos acima referidos e, que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado, corresponde a R\$ 8.227, composto conforme segue:

	2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(586)	53
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(283)	353
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(173)	307
Veículo locado – contrato 201905070005032	247	(109)	138
Veículo locado – contrato 201905070005032	316	(136)	180
Veículo locado – contrato 201905070005032	197	(82)	115
Veículo locado – contrato 201905070005032	81	(28)	53
Veículo locado - proposta 18322	65	(11)	54
Aluguel do prédio Rio de Janeiro - contrato 19/20	282	(70)	212
Aluguel do Prédio - contrato CGD nº 3.3459-20-00	6.762	-	6.762
	9.705	(1.478)	8.227
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	9.705	(1.478)	8.227
	Consolidado		
	2019		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(373)	266
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(71)	565
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(12)	468
Veículo locado – contrato 62	49	(34)	15
Veículo locado – contrato 0033/17	77	(53)	24
Veículo locado – contrato 201905070005032	232	(21)	211
Veículo locado – contrato 201905070005032	305	(27)	278
Veículo locado – contrato 201905070005032	190	(16)	174
Aluguel do prédio – contrato DMS3.1227/05-09	5.827	(2.622)	3.205
Equipamentos Cisu N48	117	(33)	84
	8.552	(3.262)	5.290
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	8.552	(3.262)	5.290

Controladora			
2019			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(373)	266
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(71)	565
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(12)	468
Veículo locado – contrato 62	49	(34)	15
Veículo locado – contrato 0033/17	77	(53)	24
Veículo locado – contrato 201905070005032	232	(21)	211
Veículo locado – contrato 201905070005032	305	(27)	278
Veículo locado – contrato 201905070005032	190	(16)	174
Aluguel do prédio – contrato DMS3.1227/05-09	5.827	(2.622)	3.205
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	8.435	(3.229)	5.206

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

Vencimento dos pagamentos futuros			
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2020			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	2.732	6.878	9.611
Juros	(462)	(781)	(1.243)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	2.271	6.097	8.368

Consolidado			
Vencimento dos pagamentos futuros			
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2019			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	4.840	1.309	6.149
Juros	(235)	(54)	(289)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	4.605	1.255	5.860

Controladora			
Vencimento dos pagamentos futuros			
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2019			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	4.830	1.309	6.139
Juros	(235)	(54)	(289)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	4.595	1.255	5.850

A seguir os impactos nas demonstrações financeiras para o exercício de 2020 relacionadas a adoção do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2020:

Impacto no balanço patrimonial

	2020
Direito de uso	
Saldo 31/12/2019	5.206
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2020	7.222
Depreciação	(4.201)
Saldo 31/12/2020	8.227
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	
Saldo inicial 31/12/2019	5.850
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	7.222
Apropriação de juros e impostos	223
Pagamento principal	(4.680)
Pagamento juros	(247)
Passivos de arrendamento	8.368
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	

Impacto no resultado do exercício

	2020
Depreciação do direito de uso	(4.201)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(247)

Impacto no Fluxo de caixa

	2020
Fluxo das atividades operacionais	
Apropriação de juros	247
Depreciação de direito de uso	(4.201)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(247)
Fluxo das atividades de financiamento	
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	(4.680)
Itens sem efeito caixa	
Adoção inicial	7.222

10 Estoques

	Consolidado	Controladora
	2020	2019
Materiais para revenda:		
Nacionais	2.421	5.539
Importados	13.179	16.996
Adiantamento a fornecedores:		
Nacional	37	431
Importações em andamento	11	748
	15.648	23.714
		23.714

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre materias de revenda nacionais e importados, sendo em 2020 o valor correspondente de R\$ 18.246 (R\$ 17.902 em 2019). Destes saldos, também constam o valor de R\$ 3.144 de estoque migrado decorrente da incorporação de Controlada, com provisão para ajuste ao valor de realização no mesmo montante.

Movimento dos saldos

	<u>2019</u>	<u>2020</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo final</u>	<u>Adições</u>	<u>Incorporação de controlada</u>	<u>Baixas</u>	
Materiais para revenda:					
Nacionais	8.499	4.278	3.144	(6.337)	9.584
Importados	9.403	5.123	-	(5.864)	8.662
Total de Provisão para ajuste ao valor de realização	<u>17.902</u>	<u>9.401</u>	<u>3.144</u>	<u>(12.201)</u>	<u>18.246</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens danificados: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

11 Impostos e contribuições

a. Imposto de renda e contribuição social

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")	(i)	21.266	13.676
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte		<u>-</u>	<u>2.449</u>
Total circulante		<u>21.266</u>	<u>16.125</u>
		<u>2019</u>	<u>5.507</u>

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social - IRPJ/CSLL

- (ii) O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os quais a Companhia não registrou ativo fiscal diferido devido a falta de expectativa de lucro tributários futuro. Apesar de não reconhecer esses créditos, os mesmos não expiram e são demonstrados abaixo:

Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2020		1.532.022
Base negativa de contribuição social		1.581.757
	Consolidado	Controladora
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2019	1.530.318	1.517.731
Base negativa de contribuição social	1.580.053	1.567.466

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.105.838 (R\$ 1.105.838 em 2019) e R\$ 1.123.114 (R\$ 1.123.114 em 2019) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

b. Impostos e contribuições a recuperar

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	(i) 2.012	2.769	470
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI")	(ii) 2.323	1.901	1.901
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	(iii) 4.673	6.523	6.504
Instituto nacional do seguro social ("INSS")	(iv) 30	321	321
Programa Integração Social ("PIS")	(i) 441	525	102
Total circulante	<u>9.479</u>	<u>12.039</u>	<u>9.298</u>
ICMS na base do PIS e COFINS	(v) 11.248	11.248	11.248
Total não circulante	<u>11.248</u>	<u>11.248</u>	<u>11.248</u>

- (i) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O saldo corresponde aos valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.

(ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(iv) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

(v) ICMS na base do PIS e COFINS

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/ COFINS desde outubro de 2006. Em dezembro de 2006, a Companhia obteve liminar para a exclusão do ICMS destacado nas operações de venda da base de cálculo do PIS/COFINS. Durante o período de dezembro de 2006 até julho de 2008 foram depositados em juízo o total atualizado de R\$ 14,6 milhões, bem como contabilizado o mesmo valor como provisão para contingências fiscais. Em janeiro de 2019 houve o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia e, em março de 2019 o valor da provisão foi estornada, permanecendo o valor em depósito que ainda não foi levantado.

A Companhia tem trabalhado para levantar os valores e evidências para o pedido de habilitação dos créditos junto à Receita Federal. Considerando a necessidade de definição concreta pelo STF sobre qual ICMS é passível de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS (o que ocorrerá quando do julgamento dos Embargos de Declaração pendentes), por entendimento da administração a NEC opta, em um primeiro momento, por apenas reconhecer os créditos decorrentes da inclusão do ICMS efetivamente pago na base de cálculo do PIS e da COFINS, em consonância com o entendimento do Fisco sobre o tema, inclusive com a edição da Solução de Consulta nº 13/2018.

Nessas condições, o valor apurado de crédito em dezembro de 2019 atingiu o valor corrigido de R\$ 11,2 milhões, reconhecido nas rubricas “Outras Receitas” (valor de principal de R\$ 6,1 milhões) e “Outras Receitas Financeiras” (juros da atualização dos créditos pela Selic no montante de R\$ 5,1 milhões). Ressalta-se que, o crédito reconhecido ainda não será objeto de pedido de habilitação perante à RFB, uma vez que a Companhia dispõe do prazo de 5 anos a contar da data do trânsito em julgado para apresentar o requerimento administrativo, definindo efetivamente o valor do seu crédito pretendido.

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	<u>2020</u>	<u>Consolidado</u> 2019	<u>Controladora</u> 2019
IRRF de terceiros a recolher			
CSLL parcelado	121	362	-
IRPJ parcelado	317	291	-
IRPJ a recolher	-	10	10
CSLL a recolher	-	10	10
Total circulante	<u>786</u>	<u>1.644</u>	<u>73</u>
IRPJ e CSL (parcelamento)	<u>-</u>	<u>438</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>-</u>	<u>438</u>	<u>-</u>

d. Impostos e contribuições a recolher

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>
		2020	2019	2019
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(vi)	12.735	12.496	12.496
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13)	(vi)	(9.452)	(9.312)	(9.312)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		1.126	2.111	2.111
PIS e COFINS sobre faturamento		689	1.141	707
ISSQN sobre faturamento		1.672	1.793	1.755
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI") sobre faturamento		220	862	862
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		765	943	941
Inss a recolher Mp 563/12		-	24	-
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") sobre faturamento		115	407	407
Outros		262	264	241
Total circulante		<u>8.132</u>	<u>10.729</u>	<u>10.208</u>
PIS e COFINS sobre faturamento (parcelamento)		-	164	-
Total não circulante		<u>-</u>	<u>164</u>	<u>-</u>

(vi) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 "REFIS IV". Em 2017, a Controladora aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 25.854 (R\$ 25.569 em 2019). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 9.452 (R\$ 9.312 em 2019), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 16.402 (R\$ 16.257 em 2019), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 13.

		<u>2019</u>		<u>2020</u>		
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Correção Monetária (*)</u>	<u>Adições</u>	<u>Exclusão</u>	<u>Saldo Final</u>
Movimentação dos saldos						
Processo	Imposto			Provisão	Baixa por Pagamento	
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.471	89	-	-	2.560
2002.61.19.003660-4	INSS	600	9	-	-	609
2002.61.19.003659-8	INSS	502	7	-	-	509

		<u>2019</u>	<u>2020</u>			
<i>Movimentação dos saldos</i>			<u>Adições</u>		<u>Exclusão</u>	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2001.61.19.003653-3	INSS	159	2	-	-	161
2001.61.19.003654-5	INSS	550	8	-	-	558
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	1.020	15	-	-	1.035
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.775	57	-	-	3.832
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.419	52	-	-	3.471
		<u>12.496</u>	<u>239</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.735</u>

Consolidado

		<u>2018</u>	<u>2019</u>			
<i>Movimentação dos saldos</i>			<u>Adições</u>		<u>Exclusão</u>	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.294	177	-	-	2.471
2002.61.19.003660-4	INSS	582	18	-	-	600
2002.61.19.003659-8	INSS	487	15	-	-	502
2001.61.19.003653-3	INSS	154	5	-	-	159
2001.61.19.003654-5	INSS	533	17	-	-	550
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	989	31	-	-	1.020
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.661	114	-	-	3.775
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.315	104	-	-	3.419
		<u>12.015</u>	<u>481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.496</u>

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 2,93% a.a. em 2020 (5,91% em 2019) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>Consolidado</u> 2019	<u>Controladora</u> 2019
(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.678)	(45.411)	(45.438)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	16.210	15.440	15.449

	2020	Consolidado 2019	Controladora 2019
Adições permanentes:			
Equivalência patrimonial	(9.979)	-	(7.192)
Despesas não dedutíveis	(1.271)	(8.609)	(1.406)
Outros itens:			
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(4.960)	(7.760)	(7.753)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	(929)	(902)
Alíquota efetiva	0%	2%	2%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

12 Ativos de Contratos

	2020	Consolidado 2019	Controladora 2019
Custo antecipados de serviços	30.736	37.385	33.162
Seguros	1.682	1.575	1.572
Impostos sobre vendas não reconhecidas	1.844	2.723	2.723
Outros	32	1.655	41
Total circulante	34.294	43.338	37.498
Custo antecipados de serviços	1.684	3.839	-
Seguros	13	20	-
Total não circulante	1.697	3.859	-

Do total de custos antecipados de serviços, R\$ 7.125 representam saldos migrados da incorporação da controlada Nec Soluções de Segurança Cibernética.

13 Depósitos judiciais

	2020	Consolidado 2019	Controladora 2019
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	17.801	17.892	17.892
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	25.854	25.569	25.569
Processos previdenciários (i)	553	545	545
Processos trabalhistas (i)	2.058	3.305	3.228
Processos cíveis (i)	54	53	53
Total de depósitos judiciais	46.320	47.364	47.287

(-) Valores apresentados em uma base líquida com o

	2020	Consolidado 2019	Controladora 2019
<i>passivo correspondente:</i>			
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(417)	(1.642)	(1.642)
Processos previdenciários		-	-
Processos trabalhistas	(1.194)	(1.181)	(1.171)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 22a) (i)	<u>(1.611)</u>	<u>(2.823)</u>	<u>(2.813)</u>
Depósitos Anistia - REFIS	<u>(9.452)</u>	<u>(9.312)</u>	<u>(9.312)</u>
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 11d) (vi)	<u>(9.452)</u>	<u>(9.312)</u>	<u>(9.312)</u>
Valores apresentados no ativo não circulante	<u>35.257</u>	<u>35.229</u>	<u>35.162</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o valor de depósitos judiciais relacionados aos processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis, totalizava R\$ 20.466 (R\$ 21.718 em 2019). Deste montante, R\$ 1.611 (R\$ 2.813 em 2019) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 18.855 (R\$ 18.905 em 2019) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía R\$ 25.854 (R\$ 25.569 em 2019) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 9.452 (R\$ 9.312 em 2019). O saldo remanescente, de R\$ 16.402 (R\$ 16.257 em 2019), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	2019	2020				
	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	17.892	273	(364)	-	-	17.801
Processos tributários (Anistia - REFIS)	25.569	285	-	-	-	25.854
Processos previdenciários	545	8	-	-	-	553
Processos trabalhistas	3.228	776	(1.851)	(95)	-	2.058
Processos cíveis	<u>53</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>
Total de depósitos judiciais	<u>47.287</u>	<u>1.343</u>	<u>(2.215)</u>	<u>(95)</u>	<u>-</u>	<u>46.320</u>

Consolidado						
	2018	2019				
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	16.125	1.767	-	-	-	17.892
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.996	573	-	-	-	25.569
Processos previdenciários	529	16	-	-	-	545
Processos trabalhistas	3.125	355	(71)	(104)	-	3.305
Processos cíveis	51	2	-	-	-	53
Total de depósitos judiciais	44.826	2.713	(71)	(104)	-	47.364
Controladora						
	2018	2019				
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	16.125	1.767	-	-	-	17.892
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.996	573	-	-	-	25.569
Processos previdenciários	529	16	-	-	-	545
Processos trabalhistas	3.026	345	(39)	(104)	-	3.228
Processos cíveis	51	2	-	-	-	53
Total de depósitos judiciais	44.727	2.703	(39)	(104)	-	47.287

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora final NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	Consolidado		Controladora
	2020	2019	2019
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	429	242	1.404
Outros créditos	5.999	6.396	6.396
	6.428	6.638	7.800
Passivo circulante			
Fornecedores (Nota 20)	3.182	6.488	6.497
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	16.131	1.371	1.371
Outras contas a pagar	252	258	258
	19.565	8.117	8.126

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	14.765	14.765
	<u>-</u>	<u>14.765</u>	<u>14.765</u>
Resultado			
Receita operacional (Nota 24)	1.411	4.025	4.025
Compras	19.995	19.510	19.622
Reembolso de despesas	-	-	1.162

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

	2020						
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante		
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar
Controladora do Grupo							
NEC Corporation (Japão)	1.391	11.040	429	672	660	16.131	115
Outras partes relacionadas							
NEC America, Inc. (EUA)	7	5.346	-	-	478	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.279	-	1.011	59	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	12	-	-	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	100	-	-	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	-	-	1.862	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	3	-	-	-	-	-
NEC Chile	13	-	-	1.025	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	1.429	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	1.985	-	-
NEC Management Partner LTD	-	776	-	-	-	-	137
NEC Iberia S.L.	-	1.329	-	-	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	110	-	-	-	-	-
	<u>1.411</u>	<u>19.995</u>	<u>429</u>	<u>5.999</u>	<u>3.182</u>	<u>16.131</u>	<u>252</u>

2019

	Resultado			Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Vendas	Compras	Reemboldo de despesas	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Controladora do Grupo									
NEC Corporation (Japão)	4.025	9.516	-	242	2.426	1.017	1.371	121	14.765
Outras partes relacionadas									
NEC America, Inc. (EUA)	-	2.115	-	-	-	820	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.471	-	-	977	64	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	251	-	-	-	4	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	177	-	-	-	105	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	758	-	-	1.393	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	208	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	1.143	-	-	741	-	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	-	859	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	-	3.912	-	-	-
NEC Soltion Innovators LTD.	-	37	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	824	-	-	-	107	-	137	-
NEC Iberia S.L.	-	2.272	-	-	-	413	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	738	-	-	-	46	-	-	-
NEC Soluções de Segurança Cibernática do Brasil S.A	-	112	1.162	1.162	-	9	-	-	-
	<u>4.025</u>	<u>19.622</u>	<u>1.162</u>	<u>1.404</u>	<u>6.396</u>	<u>6.497</u>	<u>1.371</u>	<u>258</u>	<u>14.765</u>

2019

	Resultado		Ativo circulante			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Vendas	Compras	Reemboldo de despesas	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Consolidado									
Controladora do Grupo									
NEC Corporation (Japão)	4.025	9.516	-	242	2.426	1.017	1.371	121	14.765
Outras partes relacionadas									
NEC America, Inc. (EUA)	-	2.115	-	-	-	820	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.471	-	-	977	64	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	251	-	-	-	4	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	177	-	-	-	105	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	758	-	-	1.393	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	208	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	1.143	-	-	741	-	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	-	859	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	-	3.912	-	-	-
NEC Soltion Innovators LTD.	-	37	-	-	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	824	-	-	-	107	-	137	-
NEC Iberia S.L.	-	2.272	-	-	-	413	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	738	-	-	-	46	-	-	-
	<u>4.025</u>	<u>19.510</u>	<u>-</u>	<u>242</u>	<u>6.396</u>	<u>6.488</u>	<u>1.371</u>	<u>258</u>	<u>14.765</u>

15 Outros investimentos

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa.

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	2020	Consolidado/ Controladora 2019
<i>Outros investimentos:</i>				
NEC Argentina S.A.	19.831.774	4,71%	18.807	18.807
Provisão do investimento NEC Argentina	n/a	n/a	(16.776)	(16.776)
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	102
Total Investimentos			<u>4.902</u>	<u>4.902</u>

16 Investimentos / Provisão para passivo a descoberto em controlada

	2020	Controladora 2019
<i>Investimentos:</i>		
NEC Soluções Segurança Cibernética S.A.	-	(20.755)
Total investimentos	<u>-</u>	<u>(20.755)</u>

Movimentação dos saldos

	2019			2020		
	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Incorporação de controlada	Resultado de equivalencia patrimonial	Saldo Final
Outros investimentos						
NEC Soluções Segurança Cibernética	984.043	100%	(20.755)	50.104	(29.349)	-
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	-	-	29.364	(29.364)	-	-
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	-	-	(29.364)	29.364	-	-
NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis	-	-	5.210	-	-	5.210
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis	-	-	(5.210)	-	-	(5.210)
Datavia	99.998	100%	94	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	(94)
Total investimentos	-	-	<u>(20.755)</u>	<u>50.104</u>	<u>(29.349)</u>	<u>-</u>

Controladora								
2018			2019					
Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Amortização mais valia	Resultado de equivalencia patrimonial	Saldo Final	
Outros investimentos								
NEC Soluções Segurança Cibernética	984.043	100%	397	-	-	-	(21.152)	(20.755)
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio			29.364	-	-	-	-	29.364
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio			-	-	(29.364)	-	-	(29.364)
NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis			6.269	-		(1.059)	-	5.210
Provisão para perda no valor recuperável: NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis			-	-	(5.210)	-	-	(5.210)
Datavia	99.998	100%	94	-	-	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	-	-	(94)
Total investimentos			36.030	-	(34.574)	(1.059)	(21.152)	(20.755)

17 Imobilizado

Custo	Instalações	Beneficiarias bens de terceiros	Direito de Uso prédio Nota 9b)	Máquinas e equipamentos (ii)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso veículos Nota 9b)	Equipamentos de informática	Direito de Uso equipamentos informática Nota 9b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
31 de janeiro de 2019	2.447	3.579	-	68.270	1.542	2.902	443	-	6.716	1.340	1.325	(978)	87.586
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.889	-	9.889
Transferências	22	202	5.827	1.882	40	122	-	1.000	61	1.116	(10.272)	-	-
Baixas	(22)	-	-	(8.435)	(10)	(220)	-	(147)	(464)	(518)	-	978	(8.838)
31 de dezembro de 2019	2.447	3.781	5.827	61.717	1.572	2.804	443	853	6.313	1.938	942	-	88.637
Adições	-	-	6.762	-	-	-	-	-	-	-	12.777	-	19.539
Transferências	-	9	282	6.584	24	24	-	205	-	-	(7.128)	-	-
Incorporação de controlada	350	-	-	74	-	489	-	-	5.508	-	-	-	6.421
Baixas	(2.447)	(3.747)	(5.827)	(1.287)	(53)	(2.011)	-	(153)	(677)	(89)	-	-	(16.290)
31 de dezembro de 2020	350	43	7.044	67.088	1.543	1.306	443	905	11.144	1.849	6.591	-	98.306
Depreciação													
31 de janeiro de 2019	(2.413)	(3.427)	-	(60.534)	(697)	(2.628)	(435)	-	(5.994)	(751)	-	-	(76.879)
Adições	(11)	(108)	(2.622)	(3.222)	(98)	(49)	(8)	(219)	(254)	(386)	-	-	(6.977)
Transferências	-	-	-	126	(126)	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	22	-	-	7.697	9	158	-	68	435	498	-	-	8.887
31 de dezembro de 2019	(2.402)	(3.535)	(2.622)	(55.933)	(912)	(2.519)	(443)	(151)	(5.813)	(639)	-	-	(74.969)
Adições	(28)	(176)	(3.276)	(4.931)	(96)	(49)	-	(340)	(162)	(585)	-	-	(9.643)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	(349)	-	-	(69)	-	(446)	-	-	(5.195)	-	-	-	(6.059)
Baixas	2.430	3.668	5.828	1.406	19	1.912	-	126	674	88	-	-	16.151
31 de dezembro de 2020	(349)	(43)	(70)	(59.527)	(989)	(1.102)	(443)	(365)	(10.496)	(1.136)	-	-	(74.520)
Valor líquido contábil:													
31 de dezembro de 2019	45	246	3.205	5.784	660	285	-	702	500	1.299	942	-	13.668
31 de dezembro de 2020	1	-	6.974	7.561	554	204	-	540	648	713	6.591	-	23.786

(i) A Companhia realizou avaliação na provisão para valor recuperável e identificou a necessidade da baixa.

A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

18 Intangível

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos	Gastos com softwares (a)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
31 de dezembro de 2019	31.424	24.610	-	(24.875)	31.159
Adições	-	-	214	-	214
Transferências	-	214	(214)	-	-
Baixas	(31.424)	(15.987)	-	24.875	(22.536)
31 de dezembro de 2019	-	8.837	-	-	8.837
Adições	-	12	-	-	12
Transferências	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	5.690	4.566	-	-	10.256
Baixas	-	(2)	-	-	(2)
31 de dezembro de 2020	5.690	13.413	-	-	19.103
Amortização					
31 de dezembro de 2019	(7.912)	(22.677)	-	-	(30.589)
Adições	-	(408)	-	-	(408)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	7.912	14.623	-	-	22.535
31 de dezembro de 2019	-	(8.462)	-	-	(8.462)
Adições	-	(226)	-	-	(226)
Transferências	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	(5.417)	(1.092)	-	(2.846)	(9.355)
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	(5.417)	(9.780)	-	(2.846)	(18.043)
Valor líquido contábil					
31 de dezembro de 2019	-	375	-	-	375
31 de dezembro de 2020	273	3.633	-	(2.846)	1.060

(a) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado o teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2020 e 2019, razão pela qual a Companhia decidiu baixar os projetos.

19 Empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	99.465	39.998	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	84.240	159.170	156.703
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	16.131	1.371	1.371
	<u>199.836</u>	<u>200.539</u>	<u>158.074</u>
Total circulante			
Empréstimos bancários	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	-	14.765	14.765
	<u>-</u>	<u>14.765</u>	<u>14.765</u>
Total não circulante			

Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2020, R\$ 16.131 referem-se aos empréstimos captados em 2016 junto a sua matriz NEC Corporation, na modalidade Lei 4131, e R\$ 50.953 tratam-se de empréstimos incorporados de Controlada, na modalidade capital de giro.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Data de vencimento	<u>Consolidado</u>	
					2020	2019
Empréstimos bancários	EUR	94,80% CDI	CDI	19/03/2020	-	26.417
Empréstimos bancários	USD	3,662857% aa	Libor + IR+Spread	23/03/2020	-	22.088
Empréstimos bancários	USD	2,540000% aa	Libor + IR+Spread	16/07/2020	-	41.990
Empréstimos bancários	EUR	0,063300% aa	Libor + IR+Spread	22/07/2020	-	41.058
Empréstimos bancários	EUR	0,000633% aa	Libor + IR+Spread	23/07/2020	-	10.783
Empréstimos bancários	USD	99,8% CDI	CDI	25/11/2020	-	14.367
Empréstimos bancários	BRL	112%	CDI	25/11/2020	-	42.465
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a 1,7% a.a	Libor + IR+Spread	26/03/2021	16.131	16.136
Empréstimos bancários (repasso 3844)	USD	1,11%	Libor + IR+Spread	14/07/2021	37.380	-
Empréstimos bancários	USD	1,33%	Libor + IR+Spread	19/03/2021	31.467	-
Empréstimos bancários	USD	1,59%	Libor + IR+Spread	23/03/2021	15.394	-
Empréstimos bancários (modalidade CCB)	BRL	0,5% + 100% CDI	CDI-CETIP	22/07/2021	24.255	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI-CETIP	23/07/2021	24.258	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,80%	CDI	22/01/2021	12.325	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	26/02/2021	1.147	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	119,00%	CDI	01/04/2021	1.039	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	122,00%	CDI	08/04/2021	1.039	-
Empréstimos bancários	BRL	135,00%	CDI	16/04/2021	934	-

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Data de vencimento	Consolidado	
					2020	2019
(modalidade CGIRO)						
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	135,00%	CDI	30/04/2021	623	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	144,00%	CDI	18/05/2021	829	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	144,00%	CDI	17/07/2021	1.238	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/07/2021	12.372	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	11/09/2021	2.056	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	02/10/2021	2.053	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	03/11/2021	1.536	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	17/11/2021	1.227	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	01/02/2021	838	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	01/02/2021	1.632	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	15/01/2021	314	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	22/01/2021	1.047	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,80%	CDI	04/02/2021	157	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,80%	CDI	05/03/2021	313	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	12/03/2021	1.353	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	19/03/2021	1.249	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	144,00%	CDI	01/04/2021	143	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/07/2021	860	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	20/08/2021	1.213	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/09/2021	906	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	04/11/2021	502	-
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL		CDI	26/11/2021	2.006	-
Total empréstimos					199.836	215.304

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

		2020						
2019		Adições			Baixas			
Saldo final	Captações principal	Incorporação de controlada	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final	
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro/Incorporação)	-	50.953	-	-	-	-	50.953	
Empréstimos bancários	172.839	-	(9.554)	4.761	(146.808)	(4.355)	148.883	
	<u>172.839</u>	<u>50.953</u>	<u>(9.554)</u>	<u>4.761</u>	<u>(146.808)</u>	<u>(4.355)</u>	<u>199.836</u>	
Consolidado								
		2019						
2018		Adições			Baixas			
Saldo inicial	Captações principal	Variação Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final		
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	28.434	32.437	-	2.344	(19.784)	(966)	42.465	
Empréstimos bancários	177.811	146.809	6.399	5.290	(155.246)	(8.224)	172.839	
	<u>206.245</u>	<u>179.246</u>	<u>6.399</u>	<u>7.634</u>	<u>(175.030)</u>	<u>(9.190)</u>	<u>215.304</u>	

		Controladora					
		2019					
2018		Adições			Baixas		
Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final	
Empréstimos bancários	177.811	146.809	6.399	5.290	(155.246)	(8.224)	172.839
	<u>177.811</u>	<u>146.809</u>	<u>6.399</u>	<u>5.290</u>	<u>(155.246)</u>	<u>(8.224)</u>	<u>172.839</u>

20 Fornecedores

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
No País	27.900	29.125	28.550
No exterior	10.329	14.390	14.390
Partes relacionadas (Nota 14)	3.182	6.488	6.497
Provisão de custos (i)	<u>17.099</u>	<u>23.607</u>	<u>23.607</u>
Total circulante	<u>58.510</u>	<u>73.610</u>	<u>73.044</u>

- (i) A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal. O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (Project Management) ou BCM (Business Control Management) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis

21 Adiantamento e créditos de clientes

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Adiantamentos de Clientes Nacionais	2.464	512	384
Adiantamentos de Clientes Exterior	<u>19.071</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total circulante	<u>21.535</u>	<u>512</u>	<u>384</u>

Do total de adiantamentos e créditos de clientes, R\$ 2.464 referem-se a recebimentos de clientes locais cujas receitas não foram reconhecidas ainda. O montante de R\$ 19.071 de adiantamentos de clientes exterior, refere-se ao projeto de solução de *streaming* junto aos clientes DA SPV e TIM Celular.

22 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

		2020		
		Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias		2.101	(417)	1.684
Trabalhistas		12.103	(1.194)	10.909
Cíveis		204	-	204
		14.408	(1.611)	12.797
		Consolidado		
		2019		
		Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias		4.392	(1.642)	2.750
Trabalhistas		9.292	(1.181)	8.111
		13.684	(2.823)	10.861
		Controladora		
		2019		
		Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias		4.392	(1.642)	2.750
Trabalhistas		9.263	(1.171)	8.092
		13.655	(2.813)	10.842

Movimentação dos processos no exercício

		2019		2020				
		Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Provisão para contingências								
Tributárias		4.392	2.604	(3.866)	-	(1.029)	-	2.101
Trabalhistas		9.263	10.915	(3.088)	-	(4.987)	-	12.103
Cíveis		-	231	(27)	-	-	-	204
		13.655	13.750	(6.981)	-	(6.016)	-	14.408
Depósitos judiciais								
Tributárias		(1.642)	(45)	364	-	-	906	(417)
Trabalhistas		(1.171)	(638)	-	30	910	(325)	(1.194)
		(2.813)	(683)	364	30	910	581	(1.611)
		10.842	13.067	(6.617)	30	(5.106)	581	12.797

Consolidado							
	2018		2019				
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	30.885	2.981	(3.674)	-	(25.800)	-	4.392
Previdenciários	3.101	15	-	-	(3.116)	-	-
Trabalhistas	6.417	8.425	(3.007)	-	(2.543)	-	9.292
Cíveis	965	13	(919)	-	(59)	-	-
	<u>41.368</u>	<u>11.434</u>	<u>(7.600)</u>	<u>-</u>	<u>(31.518)</u>	<u>-</u>	<u>13.684</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(14.286)	(1.725)	-	-	-	14.369	(1.642)
Previdenciários	(529)	(17)	-	-	-	546	-
Trabalhistas	(1.285)	(257)	80	78	20	183	(1.181)
	<u>(16.100)</u>	<u>(1.999)</u>	<u>80</u>	<u>78</u>	<u>20</u>	<u>15.098</u>	<u>(2.823)</u>
	<u>25.268</u>	<u>9.435</u>	<u>(7.520)</u>	<u>78</u>	<u>(31.498)</u>	<u>15.098</u>	<u>10.861</u>
Controladora							
	2018		2019				
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	30.885	2.981	(3.674)	-	(25.800)	-	4.392
Previdenciários	3.101	15	-	-	(3.116)	-	-
Trabalhistas	6.337	8.349	(3.007)	-	(2.416)	-	9.263
Cíveis	965	13	(919)	-	(59)	-	-
	<u>41.288</u>	<u>11.358</u>	<u>(7.600)</u>	<u>-</u>	<u>(31.391)</u>	<u>-</u>	<u>13.655</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(14.286)	(1.725)	-	-	-	14.369	(1.642)
Previdenciários	(529)	(17)	-	-	-	546	-
Trabalhistas	(1.205)	(247)	-	78	20	183	(1.171)
	<u>(16.020)</u>	<u>(1.989)</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>20</u>	<u>15.098</u>	<u>(2.813)</u>
	<u>25.268</u>	<u>9.369</u>	<u>(7.600)</u>	<u>78</u>	<u>(31.371)</u>	<u>15.098</u>	<u>10.842</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas/previdenciários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2020.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável

Processos tributários

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 1.684 (R\$ 3.106 em 2019).
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 417 (R\$ 1.286 em 2019).
- **Processos trabalhistas** - A Companhia se defende em 72 processos trabalhistas com risco de perda provável (87 em 2019), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 12.103 (R\$ 9.263 em 2019). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de

reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.

Processos com risco de perda possível

- **Processos com risco de perda possível** - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
 - (a) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2020 é R\$ 531 milhões (R\$ 523 milhões em 2019). Em 2019, a Companhia recebeu a carta de citação da Execução Fiscal nº 5020392-65.2019.4.03.6182, ajuizada pela Fazenda Nacional para cobrança do mesmo débito discutido na Ação Anulatória nº 0022825-93.2016.4.01.3400. Assim, considerando a lavratura de Certidão de Dívida Ativa e ajuizamento de Executivo Fiscal, foi acrescido o percentual de 20% no valor total da contingência a título de honorários de sucumbência, conforme disposto na CDA

Processos com risco de perda remoto

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

Auto de Infração emitido pela Municipalidade de Itaquaquecetuba, no valor atualizado de R\$ 414.678 (R\$ 391.583 em 2019), que tem como objeto a cobrança de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de decadência e que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão. O valor do processo judicial foi recalculado pela Companhia no ano de 2017, adequando a forma e metodologia de cálculo aos índices e instruções da Municipalidade de Itaquaquecetuba, ainda que este índice, método de aplicação de atualização monetária e juros seja de constitucionalidade duvidosa. Nos anos anteriores, a Companhia limitava a atualização monetária e juros ao índice SELIC, conforme Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, julgada pelo E. TJ-SP.

b. Garantias e cartas fiança

A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Tipo de garantia	2020			2019		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	1.652	33.961	35.613	35.526	1.331	36.857
Cheque caução	8	-	8	-	24	24
Seguro garantia	1.918	531.457	533.375	541.138	747	541.885
Total	3.578	565.418	568.996	576.664	2.102	578.766

c. Outras provisões

	Consolidado/Controladora	
	2020	2019
Provisão contrato oneroso (ii)	4.796	155
Provisão sobre royalties	10	11
Provisão gastos com garantias (i)	573	456
Provisão de ISS	682	758
Total circulante	6.061	1.380
Provisões - honorários (iii)	4.611	4.467
Provisão contrato oneroso (ii)	7.786	-
Provisão gastos com garantias (i)	832	752
Total não circulante	13.229	5.219

(i) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2020, durante os anos de 2021 e 2022.

(ii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em março de 2020 pela Nec Soluções de Segurança Cibernética, após avaliação de contratos em situação deficitária, aos quais atendiam as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25. O montante foi migrado para a Companhia em razão da incorporação da Controlada.

(iii) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício

	2019		2020		Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão sobre royalties	11	107	(108)	-	10
Provisão gastos com garantias	456	173	(56)	-	573
Provisão para contrato oneroso	155	4.796		(155)	4.796
Provisão de ISS	758	-	(1)	(75)	682
Circulante	1.380	5.076	(165)	(230)	6.061
Provisões - honorários	4.467	1.536	(1.392)	-	4.611
Provisão para contrato oneroso	-	7.786	-	-	7.786
Provisão gastos com garantias	752	145	(65)	-	832
Não circulante	5.219	9.467	(1.457)	-	13.229

	Consolidado / Controladora				Saldo final
	2018	2019			
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
		Utilização	Reversões		
Provisão sobre royalties	1.458	291	(100)	(1.638)	11
Provisão gastos com garantias	486	131	(161)	-	456
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Provisão de ISS	939	-	-	(181)	758
	3.038	422	(261)	(1.819)	1.380
Circulante					
Provisões - honorários	4.159	1.838	(1.530)	-	4.467
Provisão gastos com garantias	790	109	(147)	-	752
	4.949	1.947	(1.677)	-	5.219
Não circulante					

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (618.075 em 2019) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2019) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016.

Em outubro de 2018, foi realizada a compra dos 25% dos sócios minoritários da NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A (antiga Arcon Informática S.A), cujo percentual sobre o patrimônio líquido representou R\$ 802, reduzindo para R\$ 9.641 o valor correspondente a *Put and Call Option*.

Em 30 de Dezembro de 2020, a Controlada NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A foi incorporada à Companhia.

24 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Receita operacional bruta			
Venda de produtos	163.409	176.279	176.279
Serviços prestados	173.284	258.704	221.042
Serviços prestados com partes relacionadas (nota 14)	1.411	4.025	4.025
Deduções			
Impostos sobre as vendas	(65.710)	(77.984)	(74.131)
Devoluções e abatimentos	(2.725)	(4.169)	(4.169)
Receita operacional	<u>269.669</u>	<u>356.855</u>	<u>323.046</u>

25 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Custo das mercadorias	(89.141)	(81.930)	(78.674)
Compras com partes relacionadas (Nota 14)	(19.995)	(19.510)	(19.622)
Custos com pessoal (Nota 27)	(24.646)	(41.769)	(33.202)
Depreciação e amortização	(2.531)	(2.815)	(2.815)
Fretes	(3.842)	(5.680)	(5.680)
Serviço de software	(45.413)	(95.982)	(80.983)
Serviço de consultoria	(871)	(310)	(310)
Serviço de manutenção	(13.445)	(14.934)	(14.934)
Serviços de terceiros e outros	(6.532)	(9.194)	(4.784)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(206.416)</u>	<u>(272.124)</u>	<u>(241.004)</u>

26 Despesas de vendas

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Royalties	(1.243)	(554)	(554)
Comissões sobre vendas	(20)	(22)	(22)
Perda efetiva de contas a receber	(111)	(380)	(380)
Outras	(1)	(64)	(64)
Total	<u>(1.375)</u>	<u>(1.020)</u>	<u>(1.020)</u>

27 Despesas com pessoal

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Ordenados e salários	(40.205)	(57.985)	(46.925)
Contribuições compulsórias para previdência social	(12.553)	(16.506)	(13.658)
Provisões 13º salário e férias	(8.924)	(11.537)	(9.720)
Encargos assistenciais	(9.981)	(12.069)	(10.889)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(5.179)	(8.382)	(7.029)
Honorários da administração (Nota 28 e Nota 29)	(2.408)	(2.083)	(2.083)
Outros Proventos	2.151	(5.666)	(3.997)
Total	<u>(77.099)</u>	<u>(114.228)</u>	<u>(94.301)</u>

[Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 24.646 (R\$ 33.202 em 2019) foram incluídos no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 52.453 (R\$ 61.099 em 2019) nas despesas administrativas e gerais.

28 Despesas administrativas e gerais

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Despesas com pessoal (Nota 27)	(52.453)	(72.459)	(61.099)
Serviços de terceiros	(11.980)	(13.341)	(12.026)
Gastos gerais:			
Ocupação - imóveis	(1.339)	(2.585)	(1.433)
Viagens	(975)	(3.367)	(3.129)
Processamento de dados	(3.072)	(2.954)	(2.742)
Comunicações	(360)	(438)	(356)
Impostos, taxas e contribuições	(902)	(872)	(796)
Veículos	(211)	(639)	(639)
Água, luz e gás	(431)	(791)	(722)
Depreciação/Amortização	(7.338)	(5.800)	(4.570)
Recuperação de gastos	12.721	15.290	15.290
Outros	(1.858)	(5.768)	(4.360)
Total	<u>(68.198)</u>	<u>(93.724)</u>	<u>(76.582)</u>

Remuneração pessoas chave da Administração

Os honorários da Administração, no montante total de R\$ 2.408 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.083 em 2019), incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

29 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2020	2019	2019
Reversão provisão para contingências	4.103	14.580
ICMS na base do PIS e COFINS (Nota 11.b)	-	6.120
Outros	716	1.613
Total	<u>4.819</u>	<u>22.313</u>

b. Outras despesas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2020	2019	2019
Despesa provisão para contingências	(10.756)	(11.939)
Provisão para perda intangível	-	(2.846)
Provisão para perda investimentos	-	(51.350)
Outras	(282)	(1.193)
Total	<u>(11.038)</u>	<u>(64.406)</u>

30 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2020	2019	2019
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	53.735	11.749
Variações monetárias ativas	2.008	20.124
Juros sobre aplicações financeiras	1.822	3.396
Descontos Financeiros obtidos	387	16
Outros	1.710	7.823
Total	<u>59.662</u>	<u>43.455</u>
Despesas financeiras		
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(7.539)	(10.136)
Variações cambiais passivas	(48.389)	(7.977)
Variações monetárias passivas	(2.908)	(1.331)
Juros	(5.029)	(8.486)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(239)	(482)
Outros	(824)	(1.784)
Total	<u>(64.928)</u>	<u>(27.397)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.266)</u>	<u>12.783</u>
	<u>15.659</u>	

(i) Os valores de 2020 e 2019 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

31 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Caixa e bancos	2.575	3.596	2.625
Aplicações financeiras	60.369	52.007	52.007
Contas a receber de clientes	94.120	134.126	133.483
Arrendamento mercantil a receber	-	160	160
Outros créditos	8.907	13.910	12.783
Total	165.971	203.799	201.058

A classificação por data de emissão das notas fiscais dos contas a receber, arrendamento e outros créditos na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2020		2019	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão Perdas
NF emitidas até 30 dias	39.495	-	51.513	-
NF emitidas entre 31-90 dias	24.793	-	40.593	-
NF emitidas entre 91-180 dias	17.342	-	26.331	(1.000)
NF emitidas entre 181 - 365 dias	5.304	-	2.654	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	20.716	(4.623)	34.096	(5.991)
Total	107.650	(4.623)	155.187	(6.991)

- (i) Do total de NF emitidas há mais de um ano, R\$ 10.638 referem-se a contas a receber de longo prazo referentes a parte da recuperação judicial do cliente OI e outros clientes.

Os títulos a receber acima são controlados conforme classificação por cliente, sendo *Carriers* representada pelas operadoras de telefonia (R\$ 85.789 em 2020); *Enterprise* referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX e Cinema Digital (R\$ 12.594 em 2020) e Outros (R\$ 8.908 em 2020).

	<u>Controladora - Cliente Carriers</u>			
	2020		2019	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
NF emitidas até 30 dias	20.164	-	18.589	-
NF emitidas entre 31-90 dias	24.636	-	39.865	-
NF emitidas entre 91-180 dias	17.244	-	26.382	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	4.746	-	2.765	-
NF emitidas há mais de um ano (i)	18.999	(2.467)	30.872	(1.954)
Total	85.789	(2.467)	118.473	(1.954)

- (i) Do total de NF emitidas há mais de um ano, R\$ 10.638 referem-se a contas a receber de longo prazo referentes a parte da recuperação judicial do cliente OI.

Há contratos, junto aos clientes *Carriers*, que estabelecem eventos físicos e técnicos para a liberação de pagamentos parciais de cada nota fiscal emitida. As obrigações de desempenho que possibilitam o reconhecimento de receita são devidamente cumpridas, porém a existência de eventos para a liberação de pagamentos leva à existência de saldos de títulos não recebidos, porém emitidos há prazos relativamente longos. Muitos desses eventos de liberação dependem de *workflows* de aceitação internos aos clientes que, com frequência, são tratados com grande morosidade, levando a atrasos nos recebimentos apesar do cumprimento dos requisitos técnicos para liberação.

Apesar da morosidade no recebimento de títulos de alguns casos de clientes *Carrier*, a Companhia não possui histórico de perdas de valores a receber com estes, excetuando-se um caso pontual de pedido de recuperação judicial.

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	5.991	5.680
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(2.329)	(2.344)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>961</u>	<u>2.655</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>4.623</u></u>	<u><u>5.991</u></u>

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

	<u>2020</u>						
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	58.510	58.510	32.935	25.575	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	199.836	200.646	87.974	112.672	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes		21.535	21.535	21.535	-	-	-
Outras contas a pagar		3.090	3.090	3.090	-	-	-
Passivos de arrendamento	9b	<u>8.368</u>	<u>8.368</u>	<u>1.157</u>	<u>1.109</u>	<u>2.023</u>	<u>4.079</u>
		<u><u>291.339</u></u>	<u><u>292.149</u></u>	<u><u>146.691</u></u>	<u><u>139.356</u></u>	<u><u>2.023</u></u>	<u><u>4.079</u></u>

Consolidado							
2019							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	73.610	73.610	46.985	26.625	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	215.304	219.406	112.808	90.051	16.547	-
Adiantamentos e créditos de clientes		512	512	512	-	-	-
Outras contas a pagar		2.282	2.282	2.282	-	-	-
Passivos de arrendamento	9b	5.860	5.860	2.455	2.150	746	509
		<u>297.568</u>	<u>301.670</u>	<u>165.042</u>	<u>118.826</u>	<u>17.293</u>	<u>509</u>
Controladora							
2019							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	73.044	73.044	46.419	26.625	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	172.839	174.621	91.866	66.208	16.547	-
Adiantamentos e créditos de clientes		384	384	384	-	-	-
Outras contas a pagar		2.212	2.212	2.212	-	-	-
Passivos de arrendamento	9b	5.850	5.850	2.445	2.150	746	509
		<u>254.329</u>	<u>256.111</u>	<u>143.326</u>	<u>94.983</u>	<u>17.293</u>	<u>509</u>

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	USD (000)	
	2020	Consolidado/ Controladora 2019
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	28	20
Contas a receber (partes relacionadas)	83	60
Estoque - Importações em trânsito	4	-
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(16.211)	(220)
Fornecedores (exterior)	(1.955)	(4.426)
Fornecedores (partes relacionadas)	(209)	(4.352)
Exposição líquida	(18.260)	(8.918)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, os vencimentos desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 5,1967 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 6,4959 e R\$ 7,7951 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, cuja taxa de contrato é de R\$ 5,3352 a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 6,6690 e R\$ 8,0028.

Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	18.260	Aumento da cotação do USD	-	23.723	47.446
Contratos de dólar futuro	USD	2.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(2.668)	(5.335)
<i>Swap</i> s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	16.211	Efeito da proteção dos swaps	-	(21.061)	(42.122)
			Efeito total no resultado	-	(6)	(11)

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência		Valor justo	
	(USD mil)		(R\$ mil)	
	2020	2019	2020	2019
Contratos futuros				
NDF's vencimento 02/01/2020	2.000	3.000	(277)	(605)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia auferiu ganhos de R\$ 46.196 (ganhos líquidos de R\$ 1.613 em 2019) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 30).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	2020	
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	60.369	60.369
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.575	2.575
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	94.120	94.120
Arrendamento mercantil a receber	-	-
Outros créditos	8.907	8.907
	165.976	165.976
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	199.836	199.836
Fornecedores	58.510	56.240
Adiantamentos e crédito de clientes	21.535	21.535
Outras contas a pagar	3.090	3.090
Passivos de arrendamento	8.368	1.606
	291.339	282.307

Consolidado		
2019		
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	52.007	52.007
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.596	3.596
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	134.126	134.126
Arrendamento mercantil a receber	160	160
Outros créditos	13.910	13.910
	203.804	203.804
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	215.304	215.304
Fornecedores	73.610	73.610
Adiantamentos e crédito de clientes	512	512
Outras contas a pagar	2.282	2.282
Passivos de arrendamento	5.860	5.860
	297.568	297.568
Controladora		
2019		
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	52.007	52.007
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.625	2.625
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	133.483	133.483
Arrendamento mercantil a receber	160	160
Outros créditos	12.783	12.783
	201.063	201.063
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos	172.839	172.839
Fornecedores	73.044	73.044
Adiantamentos e crédito de clientes	384	384
Outras contas a pagar	2.212	2.212
Passivos de arrendamento	5.850	5.850
	254.329	254.329

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

Descrição	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	60.369	-
Total	-	60.369	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(2.333)	-
Total	-	(2.333)	-
	Consolidado		
Descrição	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	52.007	-
Total	-	52.007	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(1.300)	-
Total	-	(1.300)	-

Descrição	Controladora		
	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	52.007	-
Subtotal	-	52.007	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(1.300)	-
Total	-	(1.300)	-

32 Eventos Subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2021 a Companhia realizou a captação de R\$ 72.000.000,00 de empréstimo para financiamento de seu capital de giro. A taxa de juros deverá significar a taxa de 94,80% do CDI (R\$40.000.000,00) e 97,90% do CDI (R\$ 32.000.000,00) ao ano.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

* * *

Conselho de Administração

Toshiya Matsuki
 Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata
 Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Tetsuo Fukano
 Conselheiro de Administração

Diretoria

Yasushi Tanabe
 Presidente e Diretor Geral das Operações Brasil

Hiroshi Obuchi
 Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Ana Maria F. A. Ravaglia Duarte
 Vice Presidente Executiva

Controladoria

André Lopes dos Santos
Diretor Financeiro

Flávio Hirata
Controller

Mitsue Hori Katayama
Contadora - CRC/SP 1SP336551/O-7